



Acervo Cinemateca Brasileira

Os jornais e telejornais do grupo Diários Associados e a luta transnacional contra a segregação racial nos anos de 1960

Tânia Costa Garcia

resumo

Nas décadas de 1950 e 1960, a violência do *apartheid* na África do Sul e a luta pelos direitos civis nos EUA repercutiram intensamente para além de seus lugares de origem, graças à mediação dos meios de comunicação de massa. A concomitância desses eventos e sua velocidade de difusão pela mídia em nível global favoreceram uma tomada de consciência transnacional das questões relacionadas à segregação racial em diversos países cujo passado esteve, de alguma forma, ligado ao tráfico de escravos e à diáspora africana. Elegendo como fonte documental as notícias sobre tais acontecimentos produzidas pelas agências internacionais e veiculadas pelos telejornais da TV Tupi e pelo impresso *Diário da Noite*, este artigo tem por objetivo analisar os processos históricos construídos no movimento entre lugares, especificamente Brasil, África do Sul e Estados Unidos, e a luta pela igualdade racial.

Palavras-chave: Massacre de Sharpeville; *apartheid* África do Sul; meios de comunicação de massa; movimento negro no Brasil.

abstract

In the 1950s and 1960s, the violence of apartheid in South Africa and the struggle for civil rights in the United States became known beyond their places of origin thanks to the mediation of the mass media. The concomitance of these events and their rapid diffusion by newspapers and television news on a global level, operated by international news agencies, favored a transnational awareness of issues related to racial segregation in several countries whose past was, in some way, linked to the slave trade and the African diaspora. Choosing as a documentary source the news about such events produced by international agencies and broadcast by TV Tupi news programs and the printed Diário da Noite, this article aims to analyze the historical processes constructed in the movement between places, specifically, Brazil, South Africa and the United States, and the struggle for racial equality.

Keywords: Sharpeville Massacre; South African apartheid; mass media; black movement in Brazil.

Nas décadas de 1950 e 1960, a violência do *apartheid* na África do Sul e a luta pelos direitos civis nos EUA repercutiram intensamente para além de seus lugares de origem, graças à mediação dos meios de comunicação de massa. A concomitância desses eventos e sua velocidade de difusão pelos jornais e telejornais em nível global, operada pelas agências de notícias internacionais, favoreceram uma tomada de consciência transnacional das questões relacionadas à segregação racial em diversos países cujo passado esteve, de alguma forma, ligado ao tráfico de escravos e à diáspora africana.

Como bem afirma Isabel Hofmeyr, “a principal reivindicação de qualquer abor-

dagem transnacional é sua preocupação central com movimentos e fluxos [...]”. Em outras palavras, “a reivindicação dos métodos transnacionais não é simplesmente que os processos históricos são feitos em lugares diferentes, mas que eles são construídos no movimento entre lugares, locais e regiões” (Hofmeyr, 2006, p. 1.444, tradução minha). Logo, não constitui o propósito deste artigo analisar detidamente tais eventos, mas examinar suas formas de circulação no jornalismo brasileiro e sua repercussão no imaginário nacional.

No Brasil, durante toda a década de 1960, essas notícias ocuparam as páginas dos jornais impressos e dos telejornais do

TÂNIA COSTA GARCIA é professora de História da América do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e autora de, entre outros, *Do folclore à militância. A canção latino-americana no século XX* (Letra e Voz).

grupo Diários Associados¹. A aproximação, mediada pela imprensa, das tensões e conflitos envolvendo a discriminação racial nesses países não só sensibilizou lideranças da sociedade civil, como também demandou posicionamentos da classe política, exigindo do próprio jornalismo um olhar menos viciado e mais questionador sobre o assunto.

O papel das agências de notícias internacionais na conexão do Brasil com tais acontecimentos foi fundamental, uma vez que, por aqui, “nunca se instaurou a demanda por fluxos sistemáticos de informações internacionais conduzidos por vias próprias” (Aguiar, 2009). Os conteúdos sobre os movimentos pelos direitos civis nos EUA e sobre o *apartheid* na África do Sul eram fornecidos, em sua maioria, pela United Press International (UPI) e pela France Presse – pelo menos, essas eram as agências mencionadas nos jornais do grupo Diários Associados. É bastante provável que os conteúdos enviados não tenham sido exatamente traduzidos, mas adaptados e transformados de acordo com as necessidades da diagramação do jornal impresso ou do tempo destinado às pautas dos telejornais. Pelo teor das notícias veiculadas, é possível afirmar que havia bastante liberdade das agências no relato

dos acontecimentos, notada não somente pelos textos, mas também pela força das imagens fornecidas. Ambos os conteúdos expunham ao mundo os paradoxos de um país africano formado basicamente por negros, mas governado por uma minoria branca racista, e de uma nação assentada em uma constituição democrática que não reconhecia a igualdade de direitos entre brancos e negros. Vale, no entanto, fazer a ressalva que não se tem garantias de que tais imagens, depositadas no acervo da Cinemateca, tenham sido veiculadas integralmente pelos telejornais. Enviadas em estado bruto pelas agências, esse material poderia ser aproveitado parcialmente ou até mesmo descartado, não entrando na pauta nos telejornais. Neste artigo especificamente, as imagens selecionadas dialogam com os roteiros de locução, sendo inclusive anunciadas como filme negativo ou positivo na margem dos textos, sinalizando para sua provável exibição, senão integral, pelo menos parcialmente.

O MASSACRE DE SHARPEVILLE E SEUS ECOS NO BRASIL

No período que se estende desde o fim da ditadura varguista até o golpe de 1964, o movimento negro no Brasil alcançou destaque na cena política e conquistou algum espaço na grande imprensa. Em 1943, surge em Porto Alegre a União dos Homens de Cor (UHC). Com representações em outras importantes capitais do país, seus membros ganham projeção e conquistam cadeiras no Legislativo federal (Domingues, 2007, p. 109). No campo cultural, espaço de luta contra a estigmatização e a inferiorização

1 O grupo de comunicação Diários Associados, comandado pelo paraibano Assis Chateaubriand, teve seu início em 1924, no Rio de Janeiro. O jornal *Diário da Noite* foi adquirido em 1925, entre tantos outros diários do grupo iniciados nessa década em várias capitais do país. Nos anos 1930, Chateaubriand inaugurou sua primeira emissora, a Rádio Tupi. Em pouco tempo, os Diários Associados tornaram-se o mais influente grupo de comunicação da vida política e cultural do país, poder que se tornaria definitivo com a inauguração da TV Tupi, em 1950, primeira emissora de televisão da América Latina.

dos afrodescendentes, destacam-se o Teatro Popular Brasileiro², de Solano Trindade, e o Teatro Experimental do Negro (TEN)³, de Abdias Nascimento, com características mais militantes. Entre os anos de 1945 e 1964, a luta no país era pela sensibilização da elite branca a respeito dos problemas vivenciados pelos negros na sociedade brasileira, e por ações nos campos educacional e cultural a fim de incentivar a autoestima dos afrodescendentes e capacitá-los para o enfrentamento dessa complexa realidade, ainda que alinhados ao integracionismo.

Nascimento era, nos termos de Gramsci, um intelectual orgânico, atuando em diversos projetos de intervenção social que, de alguma forma, pudessem transformar a realidade dos menos privilegiados, sobretudo dos negros. Esse seu ativismo sempre incomodou a imprensa brasileira, sendo, vez ou outra, taxado de racista, a depender do conservadorismo do jornalista com a pena em punho.

2 “A história do grupo começa em 1936, quando Solano funda o Centro Cultural Afro-brasileiro e a Frente Negra Pernambucana, uma extensão da Frente Negra Brasileira [surgida em São Paulo, em 1931]. Em seguida, em 1945, junto com Abdias Nascimento, criou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro. [...] Solano não se cansou de fundar grupos teatrais, buscando valorizar o afrodescendente e contribuindo para a autoestima do povo negro. Preocupava-se com o que chamava de folclore, com as danças populares, reforçando sempre a importância de pesquisar a cultura nas fontes de origem” (Tomé, 2015).

3 Extrapolando em muito a dramaturgia, o TEN esteve à frente de outras iniciativas: “[...] publicou o jornal *Quilombo*, promoveu cursos de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o 1º Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha Mulata e da Boneca de Pixe; tempos depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, impactando a opinião pública. Em defesa dos direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnou a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país” (Domingues, 2007, p. 109).

Como bem nota Antonio Sérgio Guimarães, em seu livro *Racismo e anti-racismo no Brasil*, se ainda em 1975, citando Thales de Azevedo, há uma “enorme pressão da mídia e dos intelectuais do *establishment* sobre os estudiosos e militantes que ousam afirmar a existência de um problema racial no Brasil, o que dizer da força dessa pressão nos anos 50” (Guimarães, 1999, p. 132), quando Abdias e seu grupo de teatro propunham refletir sobre o lugar do negro na sociedade brasileira. A este recorte temporal, acrescentamos a década de 1960 e os acontecimentos que colocavam o continente africano em evidência nas primeiras páginas dos jornais do mundo, demandando, assim, um olhar mais apurado para a questão racial no Brasil.

O Massacre de Sharpeville, assim nomeado pela imprensa da época, ocorreu em um distrito ao sul de Johannesburgo, África do Sul, no dia 21 de março de 1960. Centenas de manifestantes protestavam contra a chamada Lei do Passe em frente à delegacia de polícia do bairro e foram surpreendidos por uma reação violenta dos policiais, a qual resultou na morte de mais de 70 manifestantes. A mobilização dos trabalhadores negros foi organizada pelo *Pan-Africanist Congress*, uma dissidência do *African National Congress* que tinha entre seus líderes Nelson Mandela e, desde o início do século XX, lutava contra as leis de discriminação racial impostas por governos de minoria branca⁴.

4 No começo do século XX, diversas leis segregacionistas foram impostas, como o *Native Labour Act*, de 1913; o *Native Urban Act*, de 1923; e o *Native Affairs Act*. Em 1948, conflitos internos levaram à “dissociação entre o poder político e o poder econômico; a população de origem inglesa manteve o poder econômico enquanto os *afrikaaners* passaram a deter o poder político” (Peireira, 2008, p. 142).

A Lei do Passe, endurecendo o regime do *Apartheid*, exigia que os trabalhadores negros em circulação nas áreas da cidade reservadas aos brancos portassem um cartão de identificação que, a qualquer momento, poderia ser solicitado pela polícia.

Duas semanas após a tragédia noticiada pelos jornais, o vespertino *Diário da Noite* (DN), em sua edição de 8 de abril de 1960, divulgava o ato de repúdio organizado, no dia anterior, por um grupo formado por intelectuais, políticos e artistas⁵ reunidos na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Não obstante a presença de diversas autoridades, foi o discurso de Abdias Nascimento⁶ que ganhou evidência nas páginas do DN. O diretor do TEN não só se posicionou politicamente frente aos fatos, exigindo “o rompimento imediato das relações do Brasil com a África do Sul” (*Diário da Noite* [RJ], 8/abr./1960, p. 4), como ainda exibiu seus conhecimentos sobre a história daquele país: desde a dominação dos bôeres – definidos em seu discurso como “intrusos na África do Sul desde 1653” –, passando pelos colonizadores ingleses, até a vitória do Partido Nacional nas eleições de 1948, responsável pela radicalização da

política segregacionista (*Diário da Noite* [RJ], 8/abr./1960, p. 4).

Sem deixar de lado sua militância, Nascimento aproveitou a oportunidade para lembrar que “[...] vivem no Brasil cerca de vinte e cinco milhões de negros e mulatos sob o estigma de certa discriminação” (*Diário da Noite* [RJ], 8/abr./1960, p. 4). Nessa perspectiva, não haveria legitimidade ou “autoridade [do governo brasileiro] para criticar a barbárie cometida contra a raça negra pelo governo sul-africano” (*Diário da Noite* [RJ], 8/abr./1960, p. 4). A fim de atestar sua afirmação, apresentou estatísticas oficiais demonstrando que o índice de desemprego entre os “homens de cor” era superior, devido, entre outros fatores, à existência de discriminação racial. Fazendo a conexão com o *Apartheid*, Nascimento ainda “salientou que a civilização brasileira foi formada com o suor e o sangue dos bantus (sic), estes mesmos bantus que agora estão sendo massacrados na África do Sul” (*Diário da Noite* [RJ], 8/abr./1960, p. 4).

Marcam também o ativismo negro dos anos 1950 e 1960 entidades associativas⁷ como a Associação Cultural do Negro (ACN). “Criada como um fato político e cultural, por mais que seus mentores quisessem minimizar o primeiro adjetivo, ela se torna uma referência do ativismo negro,

5 De acordo com a notícia, estavam presentes na sessão, presidida pelo professor Alberto Mendes de Oliveira (Colégio D. Pedro II), os deputados Aarão Steinbruck e José Maria Ribeiro, Roland Corbisier (presidente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Iseb), artistas do TEN, o professor José Pompillio da Hora, o cineasta Anélio Latini Filho e o escritor Edson Carneiro (*Diário da Noite* [RJ], 8/abr./1960, p. 4).

6 Nascimento foi filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de 1945 a 1965 e mantinha relações com o Iseb, concluindo um curso de pós-graduação no instituto em 1957. Os dois deputados que o acompanhavam na ABI também pertenciam ao PTB e atuavam em prol de causas trabalhistas.

7 Em 1958, integraram a Comissão Organizadora dos 10 Anos da Abolição as seguintes organizações: Associação Cultural do Negro, Teatro Experimental do Negro de SP, Grêmio Estudantil Castro Alves, Teatro Popular Brasileiro, Associação Paulista dos Amigos dos Homens do Norte e do Nordeste, Sociedade Recreativa José do Patrocínio, de São Manoel, e Fidalgo Clube (*Diário da Noite* [SP], 10/abr./1958).

sendo chamada a emitir opinião ou se posicionar sobre os mais diversos assuntos [...]” (Silva, 2012, p. 247). Ao lado da Associação Cultural José do Patrocínio, “essas duas entidades, desde o início, atraíram a militância de negros mais escolarizados, com emprego formal, [...] que formavam uma classe média negra, que se via invisibilizada [...] e procurou, através do associativismo, lutar contra essa situação” (Silva, 2012, p. 242).

Três dias após o massacre, atenta às notícias que chegavam do continente africano, a ACN publicava um manifesto “assinado por diferentes entidades de São Paulo, criticando as ações da União Sul-Africana” (Silva, 2012, p. 252). Em depoimento ao sociólogo Monteiro da Silva, o jornalista e escritor Oswaldo de Camargo, então membro da ACN, observa que “[...] naquele tempo, não. Você não conhecia a África. A África que você tinha era a África literária. [...] Uma África de gravuras. [...] Então, a capa do [jornal] *Niger*⁸, eu era o editor-chefe dele. [...] aqui é o Patrice Lumumba. Então, a África começa a se agitar” (Silva, 2012, p. 255). Tal comentário, mais do que explicitar por que Nascimento foi quem se destacou nas páginas do DN – poucos conheciam a história da África –, evidencia que os agitados anos de 1960, transformados em conteúdos quase que de forma simultânea pelas agências de notícias internacionais e veiculados pelos jornais locais, aproxima-

vam mundos pouco conectados, marcando um ponto de virada nas formulações dos intelectuais e ativistas negros brasileiros sobre essa África ancestral.

Dez dias após o massacre, o telejornal *Diário de São Paulo* veiculava imagens dos protestos ocorridos em Londres, em frente ao prédio da embaixada da África do Sul – o país africano figurava como um domínio autônomo dentro da *Commonwealth* Britânica. O Movimento Anti-*Apartheid* (AAM), que desde 1959 promovia no Reino Unido campanhas pelo boicote econômico e isolamento político da África do Sul, provavelmente esteve à frente dos protestos ocorridos nesse momento. Nas imagens da manifestação, capturadas por alguma agência de notícia internacional e exibidas pelo telejornal *Diário de São Paulo*, além dos clássicos cartazes com palavras de ordem contra o *Apartheid*, chamam a atenção os jornais empunhados pelos manifestantes como prova irrefutável da tragédia ocorrida (Imagens 1 e 2). Conforme o texto e a locução, “em todo o mundo fez-se ouvir o clamor da opinião pública condenando o selvagem massacre levado a cabo pela polícia sul-africana” (*Diário de São Paulo*, 31/mar./1960, p. 32).

O Massacre de Sharpeville fortalecia o movimento antiapartheid no Reino Unido, que aderiu ao boicote econômico à África do Sul, já imposto por países como Jamaica, Gana, Finlândia, Noruega e Dinamarca. O trágico episódio tornava-se um marco da causa em nível transnacional. “As reações contrárias ao Massacre de Sharpeville se disseminaram por todo o mundo, em instâncias governamentais e civis” (Braga, 2011, p. 101).

8 Surgida em 1960, a revista *Niger* foi uma iniciativa da Associação Cultural do Negro “que em 1958 já havia publicado o jornal *O Mutirão*. Com apenas quatro números produzidos, a revista *Niger* levava em seu subtítulo a seguinte frase ‘Publicação a Serviço da Coletividade Negra’” (Júnior, 2021).

IMAGEM 1



Telejornal *Diário de São Paulo*, 31/mar./1960, 1min3s-0min11s.
Fundo Tupi - Acervo Cinemateca Brasileira

IMAGEM 2



Telejornal *Diário de São Paulo*, 31/mar./1960, 1min3s-0min24s.
Fundo Tupi - Acervo Cinemateca Brasileira

Quase um mês após a tragédia, o telejornal *Edição Extra*, ainda explorando o fato, levava ao ar cenas produzidas pela agência de notícias UPI (United Press International) do que denominaram “de quadros ordeiros, calmos, pacíficos, de africanos trabalhando mais ou menos na época em que entrou em vigor a chamada Lei dos Passes” (*Edição Extra*, 6/abr./1960, p. 2). Após o locutor do telejornal lembrar brevemente o episódio, com “música alegre” de fundo – conforme indicada no roteiro –, são exibidas cenas, com duração de um minuto e meio, de trabalhadores da estiva da área portuária. Com a câmera em *contra-plongée*, em plano de conjunto, figuram dois homens negros trabalhando no carregamento das gôndolas. Um deles, com a camisa surrada, denota a condição de precariedade

dos trabalhadores (Imagem 3). Após o corte, em plano americano, é enquadrado outro trabalhador negro operando provavelmente um guindaste. Depois de um novo corte, em plano de conjunto, são exibidos outros dois negros organizando caixas em uma empilhadeira. Após mais um corte, em primeiro plano, com o rosto iluminado pela luz do dia, um operário negro, com olhar atento, coordena os trabalhos, fechando a sequência de cenas que atestam a organização eficiente em prol do crescimento econômico.

Depois, com a câmera em *plongée*, segue a tomada, em plano geral, do pátio de um prédio onde se aglomeram homens negros mais ou menos jovens, em trajes de passeio, formando filas à espera do pagamento do salário (Imagem 4). Após um corte, a câmera, em plano de conjunto,

IMAGEM 3



Lei do Passe em Durban, 6/mai./1960, Edição Extra, 1min28s-7s.
Fundo Tupi - Acervo Cinemateca Brasileira

IMAGEM 4



Lei do Passe em Durban, 6/mai./1960, Edição Extra, 1min28s-30s.
Fundo Tupi - Acervo Cinemateca Brasileira

traz imagens da sala onde dois funcionários brancos – os únicos brancos de toda a filmagem – realizam pagamentos aos trabalhadores. O dinheiro é colocado em um envelope e depois dentro, talvez, do suposto cartão de identificação ou uma espécie de carteira de trabalho. Corte. A última cena é bastante peculiar: em plano geral, em pé, vestindo um avental puído, um homem negro posiciona-se diante de um grupo de trabalhadores, talvez em processo de contratação, sentados em fileiras. Os homens vestem apenas um calção branco, com os dorsos nus e descalços. Corte. Em plano de conjunto, o homem de avental se posiciona diante da fila formada pelos trabalhadores e com um instrumento em punho, não identificável, faz uma espécie de marca no braço de cada homem que passa por

ele (Imagem 5). Logo em seguida, esses trabalhadores supostamente contratados entregam o tal cartão ou carteira a outros funcionários negros que, sentados atrás de mesas, realizam, de forma burocrática, algum tipo de registro.

Muito diversas da leitura otimista da locução, “de quadros ordeiros, calmos, pacíficos, de africanos trabalhando” (*Edição Extra, 6/abr./1960, p. 2*), as imagens revelam um ambiente opressor ao qual estavam constantemente submetidos milhares de trabalhadores resignados, não deixando dúvidas de que a Lei do Passe havia sido apenas o estopim de um longo e aviltante processo de humilhação. O sistema de segregação em curso há décadas, coroado com a ascensão do Partido Nacional em 1948, propiciou uma mão de obra abundante e barata, responsável



Lei do Passe em Durban, 6/mai./1960, Edição Extra, 1min28s-1min11s.
Fundo Tupi - Acervo Cinemateca Brasileira

pelo surto de desenvolvimento econômico nos anos de 1950 e 1960.

A LUTA PELOS DIREITOS CIVIS NOS EUA: O EPISÓDIO DE BIRMINGHAM E AS COMEMORAÇÕES DO 13 DE MAIO NO BRASIL

O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, com início em 1955, na cidade de Montgomery, no Alabama, tem na figura emblemática de Martin Luther King, pastor da Igreja Batista, o seu grande líder. Em 1954, King elegia Montgomery para começar o seu pastorado. O conservadorismo político das autoridades locais contra a numerosa população negra da cidade havia

alimentado sua decisão (Carson, 2014, p. 254). Em 1955, após a costureira Rosa Park se recusar a ceder um dos assentos do ônibus reservados aos brancos – desacatando as leis de segregação racial daquele estado e sendo presa por isso –, teve início um longo boicote aos ônibus da cidade pelos trabalhadores, demonstrando a importância da comunidade negra para a economia local. Desde então, os protestos pela igualdade civil dos negros ganharam impulso e se multiplicaram por outros estados e cidades do país, chamando a atenção dos meios de comunicação de massa (Carson, 2014).

Como bem sintetiza Omar Wasow (2020, pp. 638-9), “o ativismo não violento, particularmente quando enfrentava a repressão estatal ou de justiceiros, impulsionou

a cobertura da mídia, o enquadramento, o discurso no Congresso e a opinião pública sobre direitos civis”. Dada a dimensão do movimento, com numerosas adesões, e a violência das forças de repressão dos estados – somada às ações criminosas perpetradas por organizações extremistas, como a Ku Klux Klan, incendiando igrejas e assassinando pessoas –, não demorou para que os conteúdos produzidos por agências de notícias internacionais, como a UPI, ultrapassassem as fronteiras dos Estados Unidos e estivessem entre as pautas dos jornais e telejornais do mundo.

As notícias sobre o movimento, veiculadas pelo grupo de jornalismo dos Diários Associados, foram publicadas durante praticamente toda a década de 1960, permitindo aos brasileiros interessados acompanhar de perto os acontecimentos. No ano de 1961, nas edições paulista e carioca do impresso *Diário da Noite*, encontramos as seguintes manchetes sobre o assunto: “1.500 negros acuados dentro de uma igreja por uma turba de brancos armados de porretes” (*Diário da Noite* [SP], 23/mai./1961, p. 2); “Repercutem na Europa as lutas racistas nos EUA” (*Diário da Noite* [SP], 23/mai./1961, p. 8); “Encarcerados no Mississippi os cruzados da liberdade” (*Diário da Noite* [SP], 25/mai./1961, p. 8).

A escolha da cidade para a qual se deslocariam as lideranças e onde seriam organizadas as ações do movimento tinha como critério a “rigidez pétrea” das leis de segregação que vigoravam no lugar (Carson, 2014, p. 186), ou outras condições adversas que favoreciam a militância, como a crise sucessória que dominou a prefeitura da cidade de Birmingham, em 1963, após a vitória da oposição e a recusa do antigo

alcaide em deixar o cargo. Aproveitando-se da instabilidade política do poder local, os integrantes do movimento iniciaram os *sit-ins*⁹. Paralelamente, Martin Luther King promovia assembleias em várias igrejas da comunidade negra de Birmingham e participava ativamente dos protestos de rua. Várias prisões foram efetuadas, inclusive de lideranças do movimento. Com as cadeias lotadas e diante da persistência das ações de desobediência civil, a atuação das forças de repressão tornou-se mais agressiva, com repercussões na imprensa nacional e estrangeira: “Pastor negro detido nos EUA” (*Diário da Noite* [RJ], 13/abr./1963, p. 4); “Jatos d’água e cães utilizados para dissolver a manifestação de negros” (*Diário da Noite* [RJ], 6/mai./1963, p. 14); “Iniciada a libertação das crianças negras do cárcere de Birmingham” (*Diário da Noite* [RJ], 9/mai./1963, p. 5).

A fim de apaziguar as tensões, a classe empresarial branca da cidade, disposta a rever algumas das leis de segregação¹⁰, sentou-se à mesa de negociações, mediada por membros do governo federal, com os líderes do movimento negro. Concomitantemente aos avanços das negociações, seguiram-se dois atentados à bomba: um à casa do reverendo A. D. King e outro ao motel Gaston, local onde se reuniam

9 Os *sit-ins* constituíam uma forma de desobediência civil que se configurava quando manifestantes ocupavam lugares destinados a pessoas brancas, como lanchonetes ou lojas, recusando-se a sair até serem atendidos ou retirados do local pela polícia.

10 A classe empresarial se comprometia com a “dessegregação de lanchonetes, salas de estar de ginástica e bebedouro, em etapas planejadas; a promoção e contratação de negros em base não discriminatória, pela comunidade industrial de Birmingham” etc. (Carson, 2014, p. 257).

líderes do movimento. Embora sem vítimas fatais, as ações criminosas provocaram a revolta da militância – confrontos violentos tomaram as ruas de Birmingham (Carson, 2014, pp. 254-8).

Em 12 junho de 1963 era noticiada, no *Diário da Noite* (RJ), a atitude do governador do Alabama, George Wallace, que se dispunha a impedir, com sua presença física, que dois estudantes negros realizassem a matrícula na Universidade do Alabama – de acordo com o vespertino, os estudantes seriam os primeiros não brancos a sentar nos bancos da instituição de ensino superior daquele estado (*Diário da Noite* [RJ], 12/jun./1963, p. 4). O jornal ainda informava que o presidente Kennedy – mesmo evitando ao máximo interferir na autonomia dos estados –, dadas as circunstâncias, autorizava a utilização das Forças Armadas para barrar as ações do governador, caso este insistisse em desacatar a ordem do chefe da nação e prosseguir “com seus atos de violência dentro do país” (*Diário da Noite* [RJ], 24/jun./1963, p. 4)¹¹.

A circulação dessa sequência de notícias impactou setores organizados da comunidade negra de São Paulo. Em 24 de junho de 1963, marcando posição contra os acontecimentos no Alabama, em entrevista concedida ao *Diário da Noite*, Frederico Penteado Junior, presidente do Clube 220, “[...] expressava sua confiança numa atitude enérgica do presidente João Goulart, pois o Brasil com uma população de milhões de elementos negros não pode ficar à margem

de atos de vandalismo que indiretamente ferem os nossos sentimentos cristãos” (*Diário da Noite* [RJ], 24/jun./1963, p. 4). Ao complementar sua declaração ao vespertino, Penteado Junior faz questão de frisar que, diferente dos EUA, “orgulhamo-nos de ser uma democracia racial em que todos vivem em harmonia [...]” e afirma “contar com o apoio do clero católico, das igrejas evangélicas e de todos os elementos mais representativos da cultura paulista [...]. Todos, numa perfeita identidade de opinião, estão expressando os protestos mais veementes contra a violação dos direitos humanos [...], neste momento frontalmente esmagados no estado do Alabama” (*Diário da Noite* [RJ], 24/jun./1963, p. 4). O Clube 220 era uma associação cultural¹² que congregava pessoas negras da cidade de São Paulo. As associações negras existentes nos anos de 1950 e 1960 se diferenciavam entre si por uma postura mais ou menos militante em relação à causa. Da perspectiva do Clube 220, a ACN, mencionada anteriormente, era uma associação de comunistas (Silva, 2012, p. 238). Não obstante as diferenças, em comum havia um forte viés identitário que garantia a unidade dessa comunidade. As comemorações de datas importantes da história da diáspora negra, por exemplo, costumavam reunir diversas associações da cidade, com repercussão na mídia local.

No dia 28 de setembro de 1963, uma semana após a explosão de dinamites em

11 Este episódio foi retratado no filme-documentário *Crisis: Behind a Presidential Commitment*, dirigido por Robert Drew em 1963.

12 Entre outros eventos sociais promovidos pelo clube nos anos de 1960, destaca-se o concurso de beleza chamado “Bonequinha Café”. Nos anos de 1970, abrigou em seu espaço, no 17º andar do Edifício Martinelli, o nascimento dos bailes *blacks* na cidade de São Paulo.

IMAGEM 6



Telejornal *O Seu Repórter Esso*, 28/set./1963, Omin51s-Omin46s.
Fundo Tupi - Acervo Cinemateca Brasileira

uma escola dominical da Igreja Batista da cidade de Birmingham ter matado quatro crianças negras, o telejornal *O Seu Repórter Esso* cobria a celebração de mais um aniversário da Lei do Ventre Livre, realizada “[...] junto ao *Monumento à Mãe Preta*”¹³,

no Paissandu”. Conforme o roteiro de locução do telejornal, “[...] vários poetas negros declamaram poemas relacionados com a luta pela integração racial nos EUA. E diversos oradores fizeram referência à tragédia envolvendo as quatro crianças negras” (*O Seu Repórter Esso*, 28/set./1963, p. 13).

Chama a atenção nas imagens o nível de organização do evento. Além das lideranças do movimento negro e outras autoridades políticas, estiveram presentes a banda militar e representantes do clero – foi rezada uma missa na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Imagens 6, 7 e 8), também situada no Largo do Paissandu.

13 A inauguração do *Monumento à Mãe Preta* ocorreu em 23 de janeiro de 1955, como parte das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, graças à mobilização do Clube 220 que obteve o apoio da Câmara Municipal para sua proposta. O local escolhido foi o Largo do Paissandu, ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída no começo do século XX e, desde então, um ponto de encontro da comunidade negra de São Paulo. As comemorações do 13 de Maio ocorreram por diversos anos nesse local.

IMAGEM 7



Telejornal *O Seu Repórter Esso*, 28/set./1963, Omin51s-Omin30s.
Fundo Tupi - Acervo Cinemateca Brasileira

IMAGEM 8



Telejornal *O Seu Repórter Esso*, 28/set./1963, Omin51s-Omin19s.
Fundo Tupi - Acervo Cinemateca Brasileira

O movimento pelos direitos civis no sul dos Estados Unidos, baseado na desobediência civil, ao contar estrategicamente com a visibilidade proporcionada pela mídia para o sucesso de seus propósitos, mobilizou a opinião pública e conquistou apoiadores para além das fronteiras do país. No Brasil, as notícias veiculadas pelos jornais impressos e telejornais do grupo Diários Associados, ao aproximar cotidianos antes intangíveis, proporcionando trocas de experiências entre diferentes realidades sociais, contribui, mesmo à revelia de suas convicções político-ideológicas, para uma consciência mais ampla da luta contra a discriminação racial.

EXISTE RACISMO NO BRASIL?

O intenso fluxo de notícias envolvendo a segregação racial e os conflitos daí derivados, tanto nos Estados Unidos quanto na África do Sul, veiculados pelos jornais impressos e televisivos do grupo Diários Associados, impactou não só o cotidiano dos brasileiros, particularmente as associações negras e suas lideranças, mas também o ambiente das próprias redações dos jornais. Na medida em que a questão racial era pautada pelos noticiários internacionais, foi tornando-se inevitável tocar no problema em nível nacional. Afinal, não só estatisticamente a população negra era bastante representativa no país, como ainda organizada, propositiva em relação aos seus direitos e à denúncia da existência de racismo no Brasil. Mas como fazê-lo?

Em fins da década 1960, é notícia no telejornal *Diário de São Paulo* o prêmio concedido mensalmente pela Norton Publi-

cidade à melhor manchete (*Diário de São Paulo*, 15/mar./1968). Entregue a Eugenio Gertel, secretário da segunda edição do *Diário da Noite*, a reportagem traz a história de um transplante de coração, ocorrido na Cidade do Cabo, do corpo de um homem negro para um homem branco, realizado por um médico antissegregacionista, outrora punido pelo governo racista da África do Sul. A manchete, “Coração sem racismo bate bem”, sintetizava a mensagem otimista: a segregação racial não era capaz de minar a solidariedade humana. O telespectador podia apaziguar-se: apesar dos horrores noticiados, havia esperança.

Também em fins dos anos de 1960, a manchete publicada pelo *Diário da Noite*, “Carolina adora: Rio sem racismo”, denota a necessidade que alguns jornalistas tinham de se contrapor capciosamente aos que, de alguma forma, evidenciavam a exclusão do negro no Brasil, como o livro recém-lançado *Quarto de despejo*, da citada autora Carolina Maria de Jesus. A matéria reproduz um comentário da escritora, provavelmente em entrevista concedida ao repórter, durante sua visita ao Rio: “Muita coisa que eu ouvia dizer do Rio é mentira. Diziam que aqui havia preconceito de cor e não há. Alguns homens de cor trabalham no meu hotel [Serrador], e eu ouvira dizer que o hotel não aceitava empregados de pele escura” (*Diário da Noite* [RJ], 9/dez./1960). Mas qual teria sido a pergunta ardilosa feita pelo repórter à mulher negra favelada, pouco familiarizada com esses ambientes luxuosos e com a forma de tratamento que passara a receber como celebridade?

Em maio de 1961, o repórter Luiz Villarinho, do jornal *Diário da Noite*, considerando ser o racismo um velho

problema – “um problema secular”, nas palavras do próprio jornalista –, anunciava uma série de reportagens intitulada “Racismo existe” e, antecipando-se às possíveis críticas, explicava-se:

“[...] não pretendemos ‘agitar’ a questão racial, mas alertar as autoridades brasileiras para o que chamaremos a ‘contração da cor’ [...]. Não é preciso exhibir o racismo *colored* de um Abdias Nascimento [...] para provar que as leis antirracistas do país estão sendo violadas em quase todos os setores da vida nacional. O negro no Brasil só logrou sobressair-se no futebol e no teatro rebolado, onde as escurinhas fazem as delícias das multidões de brancos. É também no Brasil onde a segregação racial (clandestina) converte o elemento negro em marginal, assaltante e recordista do desemprego” (Villarinho, 1961, p. 7).

A matéria segue apresentando depoimentos de mulheres e homens negros, relatando experiências cotidianas de discriminação racial. Contudo, embora o jornalista tenha anunciado “uma série”, não houve outras publicações sobre o assunto. Ao que tudo indica, a proposta não prosperou na redação do *Diário da Noite*. Embora em dia com relação ao tema, o tratamento dado ao assunto por Villarinho não coadunava com o discurso de “Brasil cadinho de raças” tão propalado pelas elites dominantes.

Ainda no fim da década de 1960, o *Diário da Noite* divulgava em suas páginas o próximo número da revista *O Cruzeiro*, contendo no sumário a matéria: “Uma neurose dos nossos tempos. O

racismo – Ele existe no Brasil?” (*Diário da Noite* [SP], 14/mai./1969). Também data desse mesmo ano o anúncio, no vespertino, da próxima pauta do programa televisivo “Advogado do Diabo”: “Um tema vibrante, atual, controvertido, mas inteiramente válido dentro da atual conjuntura brasileira, foi o escolhido para a apresentação de hoje [...]: ‘Há racismo no Brasil?’” (*Diário da Noite* [SP], 4/set./1969).

É difícil afirmar que essas pautas tivessem a intenção de discutir seriamente a questão racial. O objetivo parecia ser explorar o tema, aproveitando sua evidência. As controvérsias sobre o assunto se fazem notórias nos jornais e telejornais do grupo Diários Associados: ao mesmo tempo em que denunciava sem trégua o *apartheid* na África do Sul, aproveitava a ocasião para negar a existência de qualquer indício de racismo no Brasil. Na comparação com o outro, fosse o africano ou o cidadão norte-americano, a imagem projetada da nação, interna e externamente, era a da convivência harmônica entre as raças. Um modelo de sociedade a ser estudado. Não por acaso, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a Unesco chegou a encomendar um projeto de pesquisa aos sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes, sobre a questão racial na sociedade brasileira¹⁴.

Vale lembrar que Assis Chateaubriand, à frente do grupo de comunicação Diá-

14 Os resultados alcançados frustraram as expectativas, revelando a existência de estranhamentos e tensões entre os diferentes grupos étnicos no Brasil. Cf. Soares; Braga; Costa (2002, pp. 35-52).

rios Associados, colaborou, no decorrer do século XX, com a produção e difusão de representações de um Brasil onde as diferenças não suscitavam conflitos e cuja mistura de raças resultava em uma cultura singular que definia a nossa identidade¹⁵. Não obstante seu espírito nacionalista e de seus contemporâneos, a relação entre capitalismo e progresso tecnológico impac-

tou a dinâmica da produção e a circulação das notícias, que, por sua vez, interferiam nas representações sociais ao aproximar lugares e regiões geograficamente distantes. A rápida e intensa difusão da notícia não apenas potencializou a mobilização da opinião pública, mudando o curso da história, como também reconstruiu identidades outrora apagadas pelas fronteiras nacionais.

15 Logo nos primeiros anos, numa carência de programações – em sua maioria realizadas ao vivo –, a emissora leva ao ar *Veja o Brasil*. Dirigida e produzida por Alceu Maynard, a série, composta de episódios de duração variada e realizada em película filmica de 16 mm, apresentava grandes reportagens sobre a diversidade da cultura brasileira. Maynard, formado pela Escola Livre de Sociologia e Política, reconhecido estudioso do folclore, fotógrafo e cineasta, trazia no currículo seus anos de trabalho no Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, onde atuou na catalogação dos materiais audiovisuais das missões folclóricas (Andrade, 2017).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P. "Notas para uma história do jornalismo de agências", in *Anais do VII Encontro Nacional de História das Mídias – Mídia Alternativa e Alternativas Mídias*. Fortaleza, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/3249406/Notas_para_uma_Hist%C3%B3ria_do_Jornalismo_de_Ag%C3%A2ncias. Acesso em: 12/mar./2025.
- ANDRADE, A. "De Piramboia à TV Tupi: fatos e personagens na trajetória do folclorista Alceu Maynard de Araújo". *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional*, n. 20, jan.-dez./2017, pp. 77-93.
- BRAGA, P. de R. S. *A rede de ativismo transnacional contra o Apartheid na África do Sul*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
- CARSON, C. *A autobiografia de Martin Luther King*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2014.
- DIÁRIO DA NOITE. São Paulo, 10/abr./1958. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. São Paulo, 14/mai./1969. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. São Paulo, 4/set./1969. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 8/abr./1960. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 9/dez./1960. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 23/mai./1961. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 23/mai./1961. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 25/mai./1961. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 13/abr./1963. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 6/mai./1963. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 9/mai./1963. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.

- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 12/jun./1963. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 24/jun./1963. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- DIÁRIO DE SÃO PAULO NA TV. 15/mar./1968 (roteiro de locução do telejornal, p. 2). Arquivo DP19680315. Fundo Tupi – Acervo Cinemateca Brasileira.
- DIÁRIO DE SÃO PAULO NA TV. 31/mar./1960 (roteiro de locução do telejornal, p. 32). Arquivo DP19600331. Fundo Tupi – Acervo Cinemateca Brasileira.
- DOMINGUES, P. “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Revista Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, pp. 100-22, 2007.
- EDIÇÃO EXTRA. 6/abr./1960 (roteiro de locução do telejornal, p. 2). Arquivo EE19600406. Fundo Tupi – Acervo Cinemateca Brasileira.
- GUIMARÃES, A. S. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- HOFMEYER, I. “AHR conversation: on transnational history”. Entrevista concedida a AHR Editor. *American Historical Review*, v. 111, n. 5, pp. 1.441-64, dez./2006.
- JÚNIOR, N. “Luz e breu: reminiscências do jovem Oswaldo de Camargo e a oculta história da revista *Niger*”. *O Menelick 2º Ato*, nov./2021. Disponível em: <https://www.omenelick2ato.com/artes-literarias/luz-e-breu-reminiscencias-do-jovem-oswaldo-de-camargo-e-a-oculta-historia-da-revista-niger>. Acesso em: 12/mai./2025.
- PEREIRA, A. D. “*Apartheid*: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994)”, in Macedo Jr. (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, pp. 139-57.
- SILVA, M. A. M. da. “Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964)”. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, n. 85, 2012, pp. 227-73.
- SOARES, E. V.; BRAGA, M. L. S.; COSTA, D. V. A. “O dilema racial brasileiro – De Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política”. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 5, n. 1, jan.-jun./2002, pp. 35-52.
- TOMÉ, M. “40 anos do teatro popular Solano Trindade”. *Portal Geledés*, 25/fev./2015. Disponível em: https://www.geledes.org.br/40-anos-do-teatro-popular-solano-trindade/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 12/mar./2025.
- VILLARINHO, L. “Racismo existe”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 24/mai./1961. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2/nov./2024.
- WASOW, O. “Agenda seeding: how 1960s black protests moved elites, public opinion and voting”. *American Political Science Review*, v. 114, n. 3, aug./2020, pp. 638-59.

Filmografia

- A SEDE da embaixada sul-africana em Londres*, 31/mar./1960, *Diário de São Paulo na TV*. Arquivo DP19600331. Fundo Tupi – Acervo Cinemateca Brasileira.
- EM DURBAN África do Sul*, 6/abr./1960, *Edição Extra*, 1min28s. Arquivo EE19600406. Fundo Tupi – Acervo Cinemateca Brasileira.